




ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PROTOCOLO GERAL 683/2023
Data: 05/06/2023 - Horário: 18:01
Legislativo - PLL 14/2023

EXPEDIENTE Data: <u>05</u> / <u>06</u> /2023	DECISÃO PLENÁRIA - Data: <u>10</u> / <u>07</u> /2023		
	() PEDIDO DE VISTA () PEDIDO DE RETIRADA	<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: 

PROJETO DE LEI Nº 014/2023

Dispõe sobre a publicação, na página oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, da lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Diamantino, publicar e atualizar no site oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, a lista de espera atualizada dos pacientes que aguardam consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e quaisquer outros procedimentos na sua área de gestão.

Parágrafo único - As listagens disponibilizadas devem ser específicas para cada modalidade de consulta (discriminada por especialidade), exame, intervenção cirúrgica ou procedimentos e abranger todos os pacientes inscritos em quaisquer das unidades da rede municipal de saúde, incluindo as unidades conveniadas e outros prestadores que recebam recursos públicos.

Art. 2º. A divulgação das informações de que trata esta Lei, deve observar o direito à privacidade do paciente, que poderá ser identificado pelo número do Cartão Nacional de Saúde (CNS).

Art. 3º. A lista de espera que trata esta Lei, deve ser disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá seguir a ordem de inscrição para a chamada dos pacientes, salvo nos procedimentos emergenciais, reconhecidos como tal.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

Art. 4º. As listas de espera divulgadas devem conter:

I - O nome completo abreviado, contendo a primeira letra de cada nome do paciente e do responsável, caso exista;

II - A data de solicitação da consulta (discriminada por especialidade), do exame, das intervenções cirúrgicas ou de outros procedimentos;

III - Aposição que o paciente ocupa na fila de espera;

IV – A estimativa de prazo para o atendimento solicitado;

V - A relação dos pacientes já atendidos, por meio da divulgação do número do Cartão Nacional de Saúde (CNS);

VI - A especificação do tipo de consulta (discriminada por especialidade), exame, intervenção cirúrgica ou outros procedimentos;

Art. 5º. Aplica-se, no que couber, a Lei Estadual Nº 11.619, de 13 de dezembro de 2021.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Plenário Juvenal Benedito Soares, 31 de maio de 2023.


Ver. Adriano Soares Correa – PSB


Verª. Michele Cristina Carrasco Mauriz - União


Ver. Diocelino Antunes Pruciano – PDT



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares, o Projeto de Lei ora apresentado, visa aprimorar informações e viabilizar a lista de espera e atendimento on-line, dando maior transparência às ações da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.

Esse Projeto de Lei já é uma realidade muito bem sucedida no Estado de Santa Catarina, onde o Governo Estadual lançou o site <https://listadeespera.saude.sc.gov.br/>, acreditamos que nosso município pode perfeitamente adotar esse sistema de trazer a pública essas informações.

A lista on-line propicia que cidadãos e órgãos de controle fiscalizem tanto a eficiência do Poder Público Municipal em sua política de saúde junto à população, como também proporciona ao usuário da Rede Municipal de Saúde, o acompanhamento em tempo real de sua evolução na lista de espera, impossibilitando inclusive a que alguém fure a fila, por meio de intervenção política.


O presente Projeto de Lei está amparado nos princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade e eficiência (caput do art. 37 da Constituição Federal).

Por todo o exposto, espera os autores a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação da propositura em questão, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Entendemos que a saúde é direito universal e que a transparência pública é princípio constitucional é que pedimos o apoio dos nobres Vereadores, para que analisem o presente Projeto de Lei e votem favoravelmente a sua aprovação.

Plenário Juvenal Benedito Soares, 31 de maio de 2023


Ver. Adriano Soares Correa – PSB


Verª. Michele Cristina Carrasco Mauriz - União


Ver. Diocelino Antunes Pruciano – PDT



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

OF. Nº 025/2023/SECLEG

Diamantino, 06 de junho de 2023.

Assunto: Auxílio as Comissões. Distribuição de Processo Legislativo, apresentado em Sessão Plenária.

Excelentíssimo Senhor
Arnildo Gerhardt Neto
Presidente da Câmara Municipal

Excelentíssimo Senhor
Adriano Soares Correa
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Ilustríssima Senhora
Aline Simony Stella
Advogada da Câmara Municipal

Senhores Presidentes e Senhora Advogada,

Cumpre-me em consonância com o artigo 55, RI, distribuir matéria legislativa, apresentada no **EXPEDIENTE - Sessão Plenária de 05 de junho de 2023**, e disponível desde o momento do protocolo na página oficial da Câmara Municipal: <https://sapl.diamantino.mt.leg.br/materia/pesquisar-materia>

PLL 14/2023 - Projeto de Lei Legislativo

Ementa: Dispõe sobre a publicação, na página oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, da lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

Apresentação: 31 de maio de 2023

Protocolo: 683/2023, **Data Protocolo:** 05/06/2023 - **Horário:** 18:01:00

Autor: Adriano Soares Correa

Localização Atual: Jurídico – JURÍDICO

Status: Emissão de Parecer

Data Fim Prazo (Tramitação): 27 de junho de 2023


Resultado: Matéria lida

Data da última Tramitação: 6 de junho de 2023

Última Ação: Matéria em tramitação, para análise e parecer. O Relator/Presidente despacha para Assessoria Jurídica, emitir Parecer Jurídico.

Aproveito o ensejo para remeter-lhe votos de apreço e considerações.

Atenciosamente,


Deizelucy Maria Pereira Mesquita
Chefe de Secretaria Legislativa
Portaria nº 013/2023



ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N.º 075/2023

Assunto: PROJETO DE LEI Nº 014/2023

Autoria: Ver. Adriano Soares Correa, Ver. Diocelio Antunes Pruciano – PDT, Ver^a Michele C. Carrasco Mauriz -UNIÃO

Senhor Presidente,

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a publicação, na página oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, da lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

A justificativa apresentada para a propositura do referido Projeto de Lei foi a seguinte:

"Nobres Pares, o Projeto de Lei ora apresentado, visa aprimorar informações e viabilizar a lista de espera e atendimento on-line, dando maior transparência às ações da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária. Esse Projeto de Lei já é uma realidade muito bem sucedida no Estado de Santa Catarina, onde o Governo Estadual lançou o site <https://listadeespera.saude.sc.gov.br/>, acreditamos que nosso município pode perfeitamente adotar esse sistema de trazer à pública essas informações. A lista on-line propicia que cidadãos e órgãos de controle fiscalizem tanto a eficiência do Poder Público Municipal em sua política de saúde junto à população, como também proporciona ao usuário da Rede Municipal de Saúde, o acompanhamento em tempo real de sua evolução na lista de espera, impossibilitando inclusive a que alguém fuja a fila, por meio de intervenção política. O presente Projeto de Lei está amparado nos princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade e eficiência (caput do art. 37 da Constituição Federal). Por todo o exposto, espera os autores a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação da propositura em questão, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Entendemos que a saúde é direito universal e que a transparência pública é princípio constitucional e que pedimos o apoio dos nobres Vereadores, para que analisem o presente Projeto de Lei e votem favoravelmente a sua aprovação."



ASSESSORIA JURÍDICA

Passo a opinar.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

De início, vale ressaltar que não consta vício de iniciativa, uma vez que a matéria tratada no projeto em epígrafe não está no rol daquelas de competência exclusiva ou privativa do Chefe do Poder Executivo.

Ademais, vislumbra-se tratar, em tese, de assunto de interesse local amparado, pois, pela disposição do art. 30, I, da Carta da República.

O princípio constitucional da Publicidade está estampado junto ao art. 37, *caput*, da Constituição Federal/88, sendo assim definido pela doutrina:

“A publicidade é um princípio democrático, republicano, por assim dizer, que faz que se possibilite o controle da Administração, por razões que são dotadas de obviedade: sem se dar transparência aos atos da Administração, inviável pensar no controle desta.”(Borges, Cyonil. Manual de Direito Administrativo Facilitado. 4ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2020. Pág.123).

É cediço que tal princípio não se reveste de caráter absoluto e, portanto, comporta exceções, tais como do art. 5º, XXXIII, *in fine* e LX da CF/88, exceções estas que não se amoldam ao tema da propositura em análise.

Impende anotar que não se desconhece que o STF declarou inconstitucional dispositivo de lei que previa a obrigatoriedade de publicação dos custos dos atos do Executivo efetuados em **jornais ou veículos similares (ADI 2.472RS)**, por extrapolar a lógica do razoável e ferir o princípio da razoabilidade.

O projeto em estudo por sua vez, tem como objeto obrigar o Poder Executivo a divulgar, **em seu sítio eletrônico, na página inicial**, a lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

No sentir desta Assessoria Jurídica a propositura visa dar concretude ao Princípio Constitucional da Publicidade respeitando o Princípio da Razoabilidade, uma vez que a publicação dar-se-á apenas na página eletrônica do próprio Município, não gerando custos aos cofres públicos.

No entanto, é necessário observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, uma vez que o art. 5º, II, define como **dado sensível o dado referente à saúde**, que gozam de tratamento especial.



ASSESSORIA JURÍDICA

Sabe-se que os dados sensíveis têm especial proteção, de sorte que o art. 11 estabelece as hipóteses em que pode ocorrer o tratamento de tais dados. A primeira hipótese se dá “quando o titular ou seu responsável legal consentir de forma específica e destacada, para finalidades específicas.”(art. 11, I, LGPD).

Nessa toada, considerando que o art. 2º e o art. 4º trazem a “divulgação do número do Cartão Nacional de Saúde (CNS), é recomendável que seja acrescido o seguinte trecho: “desde que haja consentimento do titular ou seu responsável legal, de forma específica e destacada, devendo a Administração Pública informar a finalidade específica de dar cumprimento a esta Lei.”

3. DA CONCLUSÃO

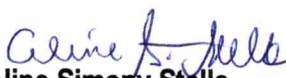
Em razão do Exposto, opina-se pelo prosseguimento do processo legislativo referente ao Projeto de Lei nº 14/2023, de autoria do Ver. Adriano Soares Correa e apoiadores recomendando seja acrescido junto ao art. 2º e ao art. 4º, V, o seguinte trecho: **“desde que haja consentimento do titular ou seu responsável legal, de forma específica e destacada, devendo a Administração Pública informar a finalidade específica de dar cumprimento a esta Lei.”**

Salienta-se que, o Projeto de Lei em epígrafe deverá ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Educação Saúde e Assistência Social, para que seus membros elaborem os respectivos pareceres.

Por fim, ressalta-se que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

A opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Assessoria Jurídica, 26 de junho de 2023.


Aline Simony Stella

OAB/MT 16.673/O



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

OF. Nº 039/2023/SECLEG

Diamantino, 28 de junho de 2023.

Assunto: Auxílio as Comissões. Distribuição de Processo Legislativo.
Projeto de Lei Legislativo nº 014/2023.

Excelentíssimo Senhor
Arnildo Gerhardt Neto
Presidente da Câmara Municipal

Excelentíssimo Senhor
Adriano Soares Correa
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Excelentíssimo Senhor
Michele Cristina Carrasco Mauriz
Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Senhores Presidentes,

Cumpre-me em consonância com o artigo 55, RI, distribuir matéria legislativa, e disponível na página oficial da Câmara Municipal:
<https://sapl.diamantino.mt.leg.br/materia/pesquisar-materia>

PLL 14/2023 - Projeto de Lei Legislativo 

Ementa: Dispõe sobre a publicação, na página oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, da lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

Apresentação: 31 de Maio de 2023

Protocolo: 683/2023, **Data Protocolo:** 06/06/2023 - **Horário:** 8:04:47

Autor: Adriano Soares Correa

Localização Atual: CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Status: Emissão de Parecer

Data Fim Prazo (Tramitação): 12 de Julho de 2023

Resultado: Matéria lida

Data da última Tramitação: 28 de Junho de 2023


Última Ação: Matéria em tramitação com apenso do Parecer Jurídico para emissão de Parecer da CCJ..

Aproveito o ensejo para remeter-lhe votos de apreço e considerações.

Atenciosamente,


Deizelucy Maria Pereira Mesquita
Chefe de Secretaria Legislativa
Portaria nº 013/2023



ORDEM DO DIA	DECISÃO PLENÁRIA - Data: <u>10</u> / <u>07</u> /2023	
Data: <u>10</u> / <u>07</u> /2023	<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: 

Emenda Aditiva nº 002/2023

Assunto: Projeto de Lei Legislativo nº 014/2023 - Dispõe sobre a publicação, na página oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, da lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

Autoria: Adriano Soares Correa

Art. 1º - Fica acrescida na redação do caput do Art. 2º e ao Art. 4º, V, do Projeto de Lei Legislativo nº 014/2023, que vigorará com a seguinte redação:

Art. 2º. A divulgação das informações de que trata esta Lei, deve observar o direito à privacidade do paciente, que poderá ser identificado pelo número do Cartão Nacional de Saúde (CNS), desde que haja consentimento do titular ou seu responsável legal, de forma específica e destacada, devendo a Administração Pública informar a finalidade específica de dar cumprimento à esta Lei.

Art. 4º(...)

V - A relação dos pacientes já atendidos, por meio da divulgação do número do Cartão Nacional de Saúde (CNS), desde que haja consentimento do titular ou seu responsável legal, de forma específica e destacada, devendo a Administração Pública informar a finalidade específica de dar cumprimento à esta Lei.

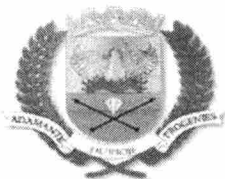
Justificação: Busca-se, com essa emenda aditiva, informar aos usuários sobre divulgação e autorização da proteção de dados sensíveis.

Plenário Juvenil Benedicto Soares, 30 de junho de 2023

 Ver. Adriano Soares Correa - PSB


 Ver.^a Michele Cristina Carrasco Mauriz – União

 Ver. Dicoelio Antunes Pruciano - PDT



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PROTOCOLO GERAL 842/2023
Data: 07/07/2023 - Horário: 08:54
Legislativo - RF 6/2023

ORDEM DO DIA Data: <u>10 / 07</u> /2023	DECISÃO PLENÁRIA - Data: <u>10 / 07</u> /2023		
	() PEDIDO DE VISTA () PEDIDO DE RETIRADA	(X) APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: 

Redação Final ao Projeto de Lei Legislativo nº 014/2023

Dispõe sobre a publicação, na página oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, da lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Diamantino, publicar e atualizar no site oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, a lista de espera atualizada dos pacientes que aguardam consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e quaisquer outros procedimentos na sua área de gestão.

Parágrafo único. As listagens disponibilizadas devem ser específicas para cada modalidade de consulta (discriminada por especialidade), exame, intervenção cirúrgica ou procedimentos e abranger todos os pacientes inscritos em quaisquer das unidades da rede municipal de saúde, incluindo as unidades conveniadas e outros prestadores que recebam recursos públicos.

Art. 2º. A divulgação das informações de que trata esta Lei, deve observar o direito à privacidade do paciente, que poderá ser identificado pelo número do Cartão Nacional de Saúde (CNS), desde que haja consentimento do titular ou seu responsável legal, de forma específica e destacada, devendo a Administração Pública informar a finalidade específica de dar cumprimento à esta Lei.

Art. 3º. A lista de espera que trata esta Lei, deve ser disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá seguir a ordem de inscrição para a chamada dos pacientes, salvo nos procedimentos emergenciais, reconhecidos como tal.

Art. 4º. As listas de espera divulgadas devem conter:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

I - O nome completo abreviado, contendo a primeira letra de cada nome do paciente e do responsável, caso exista;

II - A data de solicitação da consulta (discriminada por especialidade), do exame, das intervenções cirúrgicas ou de outros procedimentos;

III - Aposição que o paciente ocupa na fila de espera;

IV - A estimativa de prazo para o atendimento solicitado;

V - A relação dos pacientes já atendidos, por meio da divulgação do número do Cartão Nacional de Saúde (CNS), desde que haja consentimento do titular ou seu responsável legal, de forma específica e destacada, devendo a Administração Pública informar a finalidade específica de dar cumprimento à esta Lei.

VI - A especificação do tipo de consulta (discriminada por especialidade), exame, intervenção cirúrgica ou outros procedimentos;

Art. 5º. Aplica-se, no que couber, a Lei Estadual N° 11.619, de 13 de dezembro de 2021.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Plenário Juvenal Benedito Soares, 30 de junho de 2023.


Ver. Adriano Soares Correa – PSB

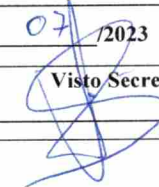

Ver. Michele Cristina Carrasco Mauriz - União


Ver. Diocelino Antunes Pruciano – PDT



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PROTOCOLO GERAL 841/2023
Data: 07/07/2023 - Horário: 08:51
Legislativo - PCCJ 40/2023

ORDEM DO DIA	DECISÃO PLENÁRIA - Data: <u>10</u> / <u>07</u> /2023	
Data: <u>10</u> / <u>07</u> /2023	<input checked="" type="checkbox"/>) APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: 
Comissão de Constituição e Justiça		

Assunto: Projeto de Lei Legislativo nº 014/2023 - Dispõe sobre a publicação, na página oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, da lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

Autoria: Adriano Soares Correa

RELATÓRIO DO RELATOR.

Aportou a esta Comissão o projeto de lei legislativo nº 01/2023 acompanhado de apensos do parecer jurídico com recomendações.

Com base no art. 69, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos de lei, para efeito de admissibilidade e tramitação.

Assim o autor e seus apoiadores acataram as recomendações e traz a emenda aditiva nº 002/2023.

Pelo supra exposto, este Relator é de Parecer Favorável condicionando Emenda Aditiva nº 002/2023, à aprovação da matéria em análise, podendo a esta ser encaminhada para discussão e votação em Plenário

Comissão de Constituição e Justiça, 30 de junho de 2023.

Ver. Adriano Soares Correa - PSB

Presidente 



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR.


Parecer nº 040/2023 - ao Projeto de Lei Legislativo nº 014/2023 - Dispõe sobre a publicação, na página oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, da lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Relatório apresentado pelo Vereador Presidente Adriano Soares Correa, opinando unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei.

Comissão de Constituição e Justiça, 30 de junho de 2023.



Ver. Adriano Soares Correa – PSB
Presidente/Relator



Ver. Diocelino Antunes Pruciano
Vice-Presidente

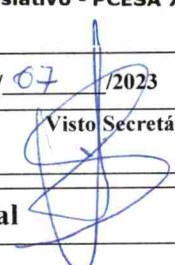


Ver. Michele C. Carrasco Mauriz -UNIÃO
Membro



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PROTOCOLO GERAL 843/2023
Data: 07/07/2023 - Horário: 08:56
Legislativo - PCESA 7/2023

ORDEM DO DIA	DECISÃO PLENÁRIA - Data: <u>10</u> / <u>07</u> / 2023	
Data: <u>10</u> / <u>07</u> / 2023	<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: 
Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social		

Assunto: Projeto de Lei Legislativo nº 014/2023 - Dispõe sobre a publicação, na página oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, da lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

Autoria: Adriano Soares Correa

RELATÓRIO

Aportou a esta Comissão, após passar pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei Legislativo nº 014/2023, cabe a esta Comissão, nos termos regimentais, manifestar-se quanto ao mérito de todas as proposições oferecidas à deliberação da Casa e assuntos concernentes à Educação, Saúde e Assistência Social, ressalta-se que a presente proposição busca alcançar por meio da publicação da lista de pacientes que aguardam consultas, exames e intervenções cirúrgicas, a humanização do atendimento, com direito a igualdade de condições de acesso, por meio da informação clara e precisa aos usuários acerca desses importantes procedimentos a que serão submetidos.

A realidade que vivenciamos torna-se cada vez mais premente e imperiosa a aprovação desta proposição, devido a improrrogável necessidade de se alcançar o objetivo almejado, ou seja, a defesa da dignidade dos usuários dos serviços de Saúde Pública, por meio da repressão a total falta de publicidade que reina na atualidade.

Desse modo, a proposição objetiva aprimorar as ações e serviços de saúde pública executados, por meio de um sistema de regulação do acesso à saúde que obedeça tanto ao princípio de respeito à dignidade humana do paciente (artigo 1º, inciso III, CF/88), da intimidade e da vida privada (artigo 5º, inciso X, CF/88).

Diante do exposto este Relator emite **PARECER FAVORÁVEL** e prossiga pela tramitação, discussão e votação, em Sessão Plenária.

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, 30 de junho de 2023


Verª. Michele Cristina Carrasco Mauriz – UNIÃO
Presidente/Relatora



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DA RELATORA
DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Parecer nº 007/2023 - Projeto de Lei Legislativo nº 014/2023 - Dispõe sobre a publicação, na página oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, da lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

A Presidente/Relatora do CESAS emitiu o Relatório favorável e esta Comissão comunga em unânime com o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela discussão, votação e aprovação em Plenário.

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, 30 de junho de 2023.

Ver. Diocelio Antunes Pruciano – PDT
Vice Presidente

Ver. Adriano Soares Correa – PSB
Membro